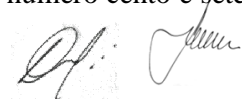


**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017 DA REVISÃO DO
PLANO DIRETOR DE GOIÂNIA - PRIMEIRA PARTE.**

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, com início previsto para as oito horas e trinta minutos, na Escola Superior de Advocacia, localizada na Rua Cento e Um, número cento e vinte e três, Setor Sul, Goiânia, reuniram-se os membros da Comissão Executiva do Plano Diretor, o Coordenador Geral da Comissão Executiva do Plano Diretor e Superintendente de Planejamento Urbano e Gestão Sustentável, Henrique Alves Luiz Pereira, o Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, Agenor Mariano da Silva Neto e diversos segmentos da sociedade organizada, conforme assinatura em lista de frequência, em atendimento ao Chamamento publicado no *blog* do Plano Diretor de Goiânia <<http://goianiadofuturo.blog/>> e em Jornal de grande circulação, no dia doze de novembro de dois mil e dezessete, para a primeira Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Goiânia, promovida pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, com a finalidade de deliberar sobre a mencionada revisão. Esta primeira audiência foi dividida em quatro etapas, sendo que a primeira aconteceu na parte da manhã, do mencionado dia, a segunda acontecerá à tarde desta data e a terceira e quarta parte serão no dia seguinte pela manhã e tarde, as atas seguirão esta mesma ordem. A audiência teve como pauta, nesta primeira parte, duas apresentações, uma sobre a metodologia da Revisão do Plano Diretor e a outra de um eixo estratégico do Plano Diretor por seu coordenador, seguida por debate. O credenciamento das pessoas inscritas pelo *site* foi das oito horas às nove horas. A audiência iniciou às nove horas. Os presentes foram convidados a tomarem seus assentos pelo cerimonialista Willian de Assunção Silva Queiroz, que passou a palavra de abertura para o Secretário Municipal de Planejamento e Habitação, Agenor Mariano da Silva Neto, o qual neste ato também representou o Prefeito de Goiânia Íris Rezende. Após as saudações, o secretário parabenizou toda a equipe do Plano Diretor pelo seu trabalho e comprometimento, e em seguida convidou o Vereador Gustavo Cruvinel para compor a mesa. Continuando seu discurso, Agenor Mariano fez um breve histórico sobre o Plano Diretor atual, a Lei Complementar número cento e setenta e



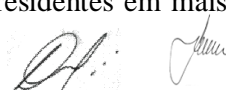
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

um, do dia vinte e nove de maio de dois mil e sete, que previu em seu texto legal, a sua revisão a cada dez anos. O Secretário ressaltou que a atualização do plano diretor é de muita responsabilidade, gerando assim um peso para toda Comissão do Plano, observando que a maioria dos técnicos são funcionários de carreira da prefeitura de Goiânia, e que essa seleção não garante cem por cento de acerto no Plano Diretor. Portanto, este é um dos motivos para se realizar as audiências, as quais têm a finalidade importante de apresentar o trabalho realizado e receber propostas e sugestões na revisão da lei. Ressalta que desde o princípio o processo desta revisão se norteou pela transparência ao repassar as informações para a imprensa em geral. Seguiu falando da abertura de página específica, intitulada “Goiânia do Futuro: a cidade que a gente quer, a gente faz junto”, onde qualquer cidadão pode participar contribuindo com a revisão do Plano Diretor de Goiânia. Informou que em pouco tempo de abertura tiveram mais de 300 pessoas que opinaram e contribuíram no site. Observou a pouca quantidade de pessoas presentes nesta primeira audiência para debater o Plano Diretor, sendo a maioria do público servidores da prefeitura e que dada à importância do que se está tratando, esta audiência deveria ter sido realizada no estádio Serra Dourada, uma vez que o Plano irá nortear a vida goianiense, em termos de qualidade de vida, questão econômica e deslocamento na cidade. Ressaltou a necessária participação da população nesse momento. Após a publicação da lei, não há o que se questionar, uma vez que neste momento, todos estão tendo a oportunidade de dar suas sugestões. Agradeceu a participação de todos, desejando-lhes um ótimo debate. O cerimonialista passou a palavra ao Vereador Gustavo Cruvinel, da Câmara Municipal de Goiânia. O vereador cumprimentou e agradeceu a todos os presentes pela participação, enfatizou que Goiânia é uma cidade relativamente nova e nada melhor do que seus moradores para reivindicar melhorias para a Prefeitura. Em seguida, o cerimonialista, convidou o Coordenador Geral Henrique Alves para apresentar um resumo dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Executiva responsável pela revisão. O Coordenador Geral saudou, agradeceu a presença de todos e declarou aberta oficialmente a primeira audiência de revisão do Plano Diretor. Informou que, embora seja a primeira Audiência pública, já houve vários debates, sendo este o décimo evento realizado. Em datas anteriores, foram nove oficinas realizadas em diversos locais, discutindo o diagnóstico, apresentando o resultado do levantamento de dados até chegar a esta Audiência. Além disso, realizaram-se diversas reuniões entre a equipe do Plano Diretor e técnicos de outras entidades, bem como



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

participações no site. Afirma que os técnicos, membros da Comissão Executiva do Plano Diretor de Goiânia, são bem qualificados para fazer a revisão, e que dos quarenta e quatro integrantes, mais de vinte e três são mestres e outros especialistas. É uma equipe multidisciplinar composta por arquitetos, advogados, economistas, engenheiros, dentre outros. Ressalta que a metodologia desta revisão foi a de manter os seis eixos, sendo eles: ambiental, desenvolvimento econômico, ordenamento territorial, gestão urbana, desenvolvimento humano, nova nomenclatura proposta pela equipe deste eixo, uma vez que engloba mais do que apenas o sociocultural tratado no plano diretor em dois mil e sete, e por último o eixo de mobilidade e transporte. Estes eixos, em conjunto, vão formar o Plano Diretor de nossa cidade para os próximos dez anos, proporcionando qualidade de vida do cidadão goianiense. Salientou que a lei número cento e setenta e um é composta por mapas, anexos e a letra da lei. Informa que, no dia dezesseis de janeiro, começaram os trabalhos da revisão, debatendo artigo por artigo da mencionada lei, com o objetivo de saber o que precisava ser melhorado, em seguida, realizou-se vistorias técnicas, com relatórios fotográficos, das macrozonas rurais, eixos viários, do projeto macambira, dados esses que irão compor o projeto de lei que será encaminhado a Câmara de Vereadores de Goiânia. Informa que cada eixo tem seu plano de trabalho. No Plano de Comunicação e Mobilização, planejou - se, desde o início do ano, três audiências públicas a serem realizadas para este período, havia sido previsto também o site, ferramenta importante, com participação ampla, assim como a realização de Oficinas para levantamento de dados, os quais foram comparados com de outros municípios e até de outros países para se ter melhor efetivação dos dados, bem como encontros com instituições de ensinos, concessionárias de serviço público, órgãos do Estado, dentre outros. Conforme dito, a equipe é composta de quarenta e quatro pessoas, que perfizeram um total de mais de cento e trinta reuniões. Houve a participação de mais de noventa entidades diferentes, com técnicos do estado, do município e da união, e entidades privadas como a Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia em Goiás, Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás, Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás, entidades sociais, dentre outros para debater. Explicou sobre o site, o conteúdo que este exhibe e a forma de participação. Informou que trezentos e sete pessoas responderam os questionários do site, e mais de oitenta e sete propostas foram encaminhadas, e que esta participação contou com pessoas residentes em mais de cento e



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

trinta e oito bairros diferentes. Falou que estas informações serão encaminhadas junto com a minuta do projeto de lei para Câmara. Agradeceu a todos pela participação e destacou o slogan “Juntos vamos construir a Goiânia do Futuro”. Em sequência, convidou o Coordenador Técnico do Eixo Estratégico de Sustentabilidade Socioambiental Diógenes Aires de Melo para fazer sua apresentação. Este agradeceu a presença de todos e apresentou sua equipe. Começou a sua apresentação, fazendo uma explanação ressaltando que o patrimônio ambiental precisa ser preservado, porém deve ser compatibilizado de forma que se tenha sustentabilidade, o que significa poder edificar, mas desde que haja mecanismos sustentáveis. Segundo Diógenes, levando em conta este pensamento e conforme as pesquisas de opinião, seu grupo elegeu, como prognóstico, quatro grandes temas que envolvem tudo sobre sustentabilidade, apresentando-os: Água e Saneamento; Gerenciamento de Risco e Poluição Ambiental; Política, Gestão e Patrimônio Ambiental; e Áreas de Restrição Ambiental. Finalizou a apresentação com a reflexão “que custo vai ter para o futuro?” O cerimonialista abriu para os debates e solicitou às pessoas que informassem o nome completo e a ocupação ou órgão em que trabalham. Heloisa Morué, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação pediu que o coordenador Diógenes esclarecesse sobre os sítios arqueológicos, que lhe explicasse como é feita essa intervenção e de quem é a competência é da SECULT ou do IPHAN? Diógenes Aires respondeu que se a Secretaria Municipal de Cultura é o órgão que cuida de resguardar esse patrimônio, que pode apontar como diretriz ou estar conectada com o federal, da mesma forma que se for uma questão estritamente do meio ambiente, se não for uma competência da Agência Municipal do Meio Ambiente, esta Agência vai se reportar à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do estado de Goiás, e assim por diante, porém há pessoas que podem falar melhor do que ele, porque essa questão do patrimônio histórico cultural envolve outras instâncias. Quando a Agência Municipal do Meio Ambiente identificar, em seus licenciamentos, ou a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, que existe algo antropológico, sítios arqueológicos, se as diretrizes do Instituto foram respeitadas, a Secretaria Municipal de Cultura não precisa fazer toda a análise, isso se esta Secretaria disser que estão cumpridas as diretrizes nacionais, esse setor reporta ao órgão municipal de planejamento e ele diz se prossegue com as demais análises, contudo se as diretrizes de identificação não foram atendidas, o resultado é barrar. Regina Faria, Coordenadora da Comissão Especial de



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

Política Urbana e Ambiental do Conselho de Arquitetura e Urbanismo o CAU, observou que a Lei número nove mil e quinhentos e onze trouxe realmente um avanço muito grande com relação às águas e drenagem, porém falta fiscalização, discute-se isso amplamente, mas na prática o que é essencial é controlar, o que não acontece. Outra questão, você muito bem colocou os parques como área de restrição, essa restrição seria de que forma? Porque o que se observa é que os parques, hoje, são bacias de captação, os quais deveriam ter restrições, no entanto são espaços de muita especulação imobiliária. O processo é o contrário, onde era para preservação, se faz é o adensamento para valorização daquelas áreas para o lucro. E o que o novo plano diretor vai propor, por exemplo, ao Jardim Botânico, que já está sendo avaliado, em outras Audiências Públicas, e o processo seria o mesmo de especulação realmente em torno do Jardim Botânico? Hoje o que se percebe inclusive é a retirada da população que habita lá há muitos anos. Diógenes Aires agradeceu a participação da Regina e enfatizou que precisa dessas contribuições, pois é fato, que o que acontece é especulação, compensação e proteção exacerbada onde não pode nada no parque, nem mesmo um evento de gastronomia, porque pode pegar fogo, porque a grama do parque não pode ser pisada, mas o vândalo e o marginal pisam, e não consegue conter, porque não há fiscalização. O que o Plano Diretor vem trazer nessa proposta é reordenar esses territórios, então a Área de Preservação Permanente é proteção integral, porém nesta área pode ter três tipos de usos: utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, como por exemplo, passar uma via transversal, uma rede elétrica, telecomunicações. Quanto ao baixo impacto social, se a área é sujeita à regularização fundiária, área que nacionalmente flexibilizou a quinze metros da Área de Preservação Permanente e não consegue conter, isso é um direito que já está consolidado, por exemplo, mesmo a engenharia tendo detectado que pode haver inundação, pode-se controlar e colocar as medidas mitigatórias como uma rede de drenagem mais forte para conter essa inundação, mas ao mesmo tempo apesar de essas habitações estarem consolidadas, não se quer dizer que será dado o perdão, pois se poluiu, ocupou e não cumpriu nada, vai ter que cumprir, e os quinze metros terão que ser preservado, claro que existem outras nuances que permitem o uso. A proposta é a de compactar e adensar a cidade, onde se tem estrutura viária e infraestrutura, mas a visão é escalonada, o mais longe possível do recurso hídrico, da área de proteção, que começa na Área de Proteção Integral, depois a unidade de Uso Sustentável com quarenta por cento de ocupação, o que já aumenta a permeabilidade, a



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

ventilação, etc. Depois o Adensamento Básico e os outros Adensamentos, a visão é respeitar essas zonas. O que o Plano Diretor vai propor é o escalonamento de ocupação, pois, se há um parque com um paredão de prédios, a própria falta de insolação, produz uma insalubridade no meio, o que é algo seríssimo. As trincheiras para infiltração em área do parque serão proibidas. Os condomínios que as possuem deverão pagar por isso, e aos novos serão proibidas. Quanto aos shows-eventos em parques podem ser realizados, contudo os parques devem se preparar para receber esses eventos. Devem-se estabelecer as regras. Em algumas quadras da Avenida Quarta Radial, próximas ao Jardim Botânico não pode ser proibido a verticalização porque tem legislação para tal (a Lei Complementar número cento e setenta e um, deu permissão), mas se existir o ordenamento e o escalonamento então é possível desde que tenham regras. Henrique Alves disse que quer buscar o equilíbrio, respeitando o plano de manejo do parque e a coletividade que é muito importante para a cidade. Ozias, professor, morador da Vila Redenção, representante do Instituto Comunidade Pro Logística Urbana, falou da problemática das manilhas que lá se encontram, pois, a água da chuva arrasta muita sujeira e são canalizadas para o interior do parque. A sua preocupação é a manutenção do parque e a limpeza da água que leva muito lixo, por exemplo, a Rua Nonato Mota recebe através de três manilhas as águas de outros bairros, e a água bate na barra de proteção e cria um gargalo, dizem que é inovação, mas não é. O gargalo criado pelo poder público é o problema, já que deteriora tudo. Falou também sobre a floricultura instalada próxima à região, que cortou todas as árvores em volta, parecendo que é dona dali. Informa que quer essa questão resolvida. Diógenes Aires respondeu ao Professor Ozias esclarecendo que é por isso que está tratando dessa forma o Plano Diretor, porque não tem manilha que vai conseguir segurar o volume dessa bacia, de fato o Plano de Drenagem é o que vai definir o controle, os gradeamentos vão impedir que este lixo chegue a esses locais, até mesmo, porque sem gradeamento, por exemplo, se uma pessoa cair, vai ser levada ao longo do sistema de drenagem. Karla Emanuela professora da Universidade Federal de Goiás elogiou a prefeitura de Goiânia por trazer a problemática da água no Plano Diretor e fez os seguintes questionamentos: Precisa estabelecer as primícias, como discutir a questão ambiental e aumentar a participação social? O plano urbano é uma escala diferente e importante, devendo ser levado para a população em geral, região noroeste e demais regiões. As pessoas devem participar do processo de elaboração do Plano Diretor, por isso os debates devem ser levados às regiões mais pobres e nas



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

regiões de captação de água, pois são nas regiões mais pobres e vulneráveis. Informou que participou de reuniões do grupo do Plano, no tema de Agricultura Urbana. A importância do tema da poluição a preocupa muito, a exemplo a aprovação dos empreendimentos ORION e NEXUS tem que observar a poluição visual e paisagística, além de outros impactos que serão gerados. Ressaltou a importância das parcerias com as universidades, no que tange à urbanização, eficiência energética, assim como em potencializar um canal de rede *online* e participação através dos *sites*. Pede ainda que os dados sejam disponibilizados no site. A Agência Municipal do Meio Ambiente quer formatar uma rede para colocar em uma plataforma *online* e que pode contribuir para toda a população. Henrique Alves respondeu que está tendo participação popular, porém ressalta a dificuldade em atingir toda a população, sabe que mesmo com tantos meios de divulgação não é possível atingir a todos, porém é intenção chegar ao maior número de pessoas possível, para tanto está sendo planejado um *stand* nos mutirões para que as pessoas possam participar. Informou ainda que os dados do Plano Diretor serão adicionados no *site* após a apresentação da Audiência Pública, e os textos dos Eixos do Plano Diretor só serão colocados após serem finalizados. Ressaltou mais uma vez que no site da prefeitura e do Plano Diretor há diversas informações sobre patrimônio tombado, mapas, leis, entre outros. Diógenes Aires esclareceu que sobre a participação, está sendo criadas aos poucos parcerias com as universidades, já tem participações de Conselhos como Conselho de Arquitetura e Urbanismo, etc. Há intenção de criação de Hortas Urbanas para melhorar a agricultura, foi conversado com algumas entidades, mas não se consegue bater em cada porta para informar sobre isso, por isso estarão nos mutirões para esclarecimentos à população. Quanto aos empreendimentos Orion e outros de grande porte, há uma mudança na maneira de pensar, não irá se barrar tais empreendimentos, até mesmo porque estes possuem uso do solo e documentos necessários, porém há medidas mitigadoras a serem implantadas nesses empreendimentos. Informa ainda que nunca houve Imposto Predial e Territorial Urbano na área da Associação Médica do Estado de Goiás, área em que está edificado o empreendimento Órion e agora terá. Dessa forma, os recursos financeiros advindos da cobrança de impostos podem e devem ser utilizados para melhoria da infraestrutura urbana do local e para as devidas compensações ambientais. Caíque Thomé da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, sugeriu que as famílias sejam realocadas o mais próximo possível de onde estão sendo retiradas, por causa do



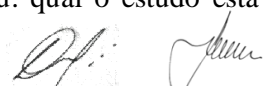
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

vínculo econômico e cultural, dentre outros, e não destruir a vidas dessas famílias e ver a reintegração de posses de forma harmônica com a área de proteção ambiental, que por lei eles têm o direito de estar lá no local. Discordou na questão das participações, que ainda está deixando a desejar e parabenizou pelo *site*. Diógenes Aires disse responde que na questão social Caíque Thomé tem toda razão. Informou que as reuniões foram feitas em vários lugares, e desculpa-se por não os ter procurado, mas destacou que tampouco as associações têm procurado a equipe do Plano Diretor e frisou a importância da sociedade ir atrás também. Henrique Alves salientou que a realocação, de preferência, será feita nas proximidades, mas se não houver área, isto terá que ser revisto. Informou que na proposta do eixo cultural será apresentado melhor sobre as famílias terem como ficar próximas às suas áreas. Tem-se uma limitação de data para entregar a minuta de projeto de lei do Plano Diretor, por isso, toda instituição, associação ou pessoas que estão nos procurando, têm sido atendidas, e há total abertura e disposição da equipe em atender. Danhara Alencar da Arquidiocese de Goiânia, representando o Bispo auxiliar, disse que estão abertos à participação nesta revisão. Sobre a questão de recursos hídricos e a questão do Comitê de Bacias Hidrográficas, ressaltou que existe a possibilidade de criar ou diminuir impactos de águas de caixas de recarga de águas subterrâneas do rio meia ponte, porém, é necessário reforçar a Educação Ambiental, onde pode ter maior público, como as igrejas e as escolas, devem trabalhar sobre a questão ambiental. Falou da importância de formar pessoas para serem agentes ambientais no quesito resíduos sólidos, para os grandes e os pequenos geradores. Referiu-se ainda às energias renováveis, que cada município deverá gerar a sua própria energia, a exemplo, a energia solar, ainda relata que as brigadas de incêndios foram criadas de emergência em alguns parques. Henrique enfatizou que as energias renováveis vão ser discutidas através de incentivo e que precisa buscar diretrizes para o município. Luana Jardim, Gerente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional informou que o Jardim Botânico é uma preocupação dessa instituição e gostaria de saber se a ocupação escalonada se dará para todos os parques e se serão sanados os problemas dos parques que já estão deteriorados? Gabriel da Agência Municipal do Meio Ambiente, disse que o ponto mais importante é a água, e que deve esclarecer que o empreendimento ou obras que tem o uso do solo, não necessariamente quer dizer que terá a licença ambiental aprovada, precisa ser atualizado o código de obras, e sobre a ocupação do fundo de vale. A proposta é de trinta, cinquenta ou cem metros dos rios, levando em consideração o Código



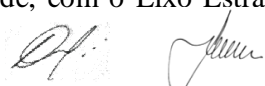
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

Florestal para a Área de Preservação Permanente e quarenta por cento de ocupação máxima nas áreas de Ocupação Sustentável, além de vinte e cinco por cento de áreas permeáveis, parâmetros ambientais acima do exigido em outras unidades territoriais. Marcela da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do estado de Goiás, falou da única referência que tem com a região metropolitana é a Área de Proteção Ambiental do São Domingos e perguntou quais são os aspectos socioambientais na questão metropolitana? Henrique Alves diz que em relação ao rebaixamento do lençol freático causa uma série de problemas, há a proposta para contenção da utilização do lençol freático e a criação de iniciativas para estacionamento no sobressolo. Na questão das ocupações tem que ser controlada de forma escalonada, com equilíbrio e sem impacto. Diógenes Aires, respondeu que citou a Área de Proteção Ambiental do São Domingos, mas são as três Áreas de Proteção Ambiental, nas questões da região metropolitana, além da água, transportes, drenagem e os resíduos. Henrique citou que está sendo feito a integração na região metropolitana. Silmara Vieira, consultora, fala da importância da ativação do Conselho Municipal de Política Urbana, devido a seu alto grau de importância, reforça a fala do estudante Caíque, sobre o fato das áreas destinadas a Área Especial de Interesse Social estarem demarcadas nas periferias. E por último, ratifica sobre o que Gabriel falou, mas, como o Diógenes falou que foi acolhido, não tem nada a mais se manifestar. Regina de Faria do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, falou que quanto ao Orion e ao Nexus é necessário que o Diógenes se manifeste. Ressaltou que o local já apresenta problemas no trânsito, e que o Estudo de Impacto de Trânsito é solicitado somente após a sua autorização e que seja feita o controle da densidade na região. Deputado Estadual Francisco Valle Junior parabenizou a equipe pela visão de bom senso e diz que tudo que faz na cidade tem impacto, e que o Plano Diretor está buscando compensar isso, mas tem coisas pequenas que tem que fomentar, o centro da cidade, por exemplo, dar uso adequado a essas áreas. Existem vários problemas em Goiânia, e às vezes só é dado atenção aos grandes geradores e empresas de lavajato, por exemplo, que tem impacto com o meio ambiente, não é dada tanta atenção. Informou que nas audiências públicas são as mesmas pessoas e que os vereadores deveriam estar presentes. Goiânia tem planejamento de sobra e diz ser necessário fazer algo que obrigue ao cumprimento da lei. Jorge Hermes do Instituto Comunidade Pró-Logística Urbana, morador da Vila Redenção perguntou: qual o estudo está sendo feito



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

para os moradores que moram no Jardim Botânico com moradia consolidada há mais de 50 anos, já que os moradores têm direitos adquiridos. Ninguém pode tirar o direito, pois tem senhoras que estão lá até quatro gerações. Procuraram a prefeitura, mas não tiveram abertura, portanto vai ter conflito porque ninguém abre mão do direito que têm. Diógenes Aires e Henrique Alves concordam com ativação do Conselho Municipal de Política Urbana e explicou que o motivo de não ter acontecido ainda, é que existe uma problemática quanto às certidões dos representantes indicados pelas entidades, mas que devido ao tempo de espera, o Conselho será ativado com aqueles que enviarem as documentações exigidas para a posse. Sobre a realocação de famílias em áreas de interesse social, disse que está sendo proposta a cota solidária, que propõe realocar famílias nas centralidades da cidade, informou ainda que esse assunto será melhor apresentado pela coordenadora Germana no dia seguinte, no período da tarde. Sobre a o empreendimento ORION, Henrique fala que um dos diagnósticos feitos, foi para esclarecer a densidade de cada bairro de Goiânia, o que nos ajudou, a saber, a população por quilômetro quadrado, informação essa que será levada em consideração na implantação de eixos e corredores de desenvolvimento. Diz ainda que não é intenção restringir Goiânia, que necessita de emprego e renda. Sobre o Estudo de Impacto de Trânsito, Henrique Alves informou ainda que o estudo preliminar e o conclusivo são entregues somente no certificado na conclusão de obra, mas concorda que tem que ser apresentado o estudo de impacto de trânsito no início e não no final, mas que a Germana discorrerá sobre esse assunto no seu eixo de trabalho. Diógenes Aires falou sobre os lavadores de carros nas praças de Goiânia, a atividade pode até ser exercida desde que regulada, observando a Lei das calçadas e o controle das águas servidas com sua drenagem para caixas de tratamento, e que quanto aos Vereadores, alguns representantes estão indo as reuniões internas da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação. Henrique Alves esclareceu que foi criada uma comissão de vereadores, mas que é necessária mais participação para que entendam a importância do que está sendo construído no Plano Diretor. Diógenes Aires informou que a efetivação das estratégias do Plano Diretor se dará por meio de um Programa de Implementação, Monitoramento, Acompanhamento e Controle no sentido de fazer cumprir a obrigação dos gestores municipais. Sem mais participações o coordenador Henrique Alves Luiz Pereira agradeceu a presença e a colaboração de todos e convidou - os para a segunda etapa das apresentações no período da tarde, com o Eixo Estratégico de Gestão



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

Urbana, e declarou encerrada a primeira etapa da Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor às doze horas e sete minutos. Nós, Clésia de Jesus do Nascimento Oliveira e Nathan Araújo Mendonça, lavramos a presente ata, que assinamos juntamente com Henrique Alves Luiz Pereira, Coordenador Geral da Comissão Executiva do Plano Diretor e Janamaina Costa Bezerra de Azevedo, Coordenadora Operacional da referida Comissão.

